

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## COMISSÕES PERMANENTES

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Tomazoni  
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

##### SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

- Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

##### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Soto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



**2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 119.<sup>a</sup> Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 18 de Agosto de 1972 - (Sexta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Borsari Neto.

As 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiinaldo Pereira Lima, Antonio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Ovidio Franzoni, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Paulo Camargo, Pinto Dias e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Arizone Araújo, Francisco Escorsin, Lázaro Dumont, Nivaldo Krüger, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária, anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente. Apenas, nós, estamos em dúvida quanto à existência de quorum, pediria que fosse feita a verificação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa determina ao Sr. 2.º Secretário, fazer a chamada nominal dos Srs. Deputados, a fim de constatar a existência de quorum.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — (procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Acham-se presentes 25 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

**Discussão Única** — da Proposição n. 53-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 42-71, de autoria do Sr. Deputado Ayr José, que autoriza o Poder Executivo denominar "Maestro Bento Mossurunga", o Instituto de Música da Escola Superior de Belas Artes do Paraná. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para o dia 28 do corrente mês, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**Discussão Única** — da Proposição n. 54-72.

Esta Presidência comunica aos Srs. Deputados, que em virtude da Resolução recentemente promulgada pela Mesa da Assembléia Legislativa, no decorrer da próxima semana não haverá Sessões Plenárias, tão somente sessões das comissões.

Levanta-se a Sessão.

**2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 120.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 18 de Agosto de 1972 - (Sexta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguiinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alvaro Dias, Arzone Araújo, Francisco Escorsin, Lázaro Dumont, Nivaldo Krüger, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**OFÍCIO:**

— Sob o n.º 483-72, do Senhor Doutor RUBENS PASSERINO MOURA, Diretor do Hospital Colônia "Adaudo Botelho", comunicando que tendo em vista a superlotação daquele nosocômio, houve por bem a Direção do mesmo, suspender as internações, até ulterior deliberação, no tocante a indigentes. — Ao conhecimento da Casa.

**REQUERIMENTOS:**

— De autoria do Senhor Deputado Borsari Neto, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 73/72.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e na forma regimental, requer à Mesa, após ouvidos o Plenário, seja encaminhado apelo

ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade determine, com urgência, a realização de melhorias na estrada que demanda da cidade de Bituruna ao Distrito de Iratin, no Município de General Carneiro.

Tal medida se reveste de importância e urgente necessidade por tratar-se de uma estrada que liga dois Municípios e para que a facilidade do escoamento de suas riquezas não sofra restrições, bem como seja favorecido cada vez mais o intercâmbio entre eles com a adoção deste benefício.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1972.

(a) — **Domicio Scaramella**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica, no sentido de que aquela autoridade determine providências para que seja estendida a rede de energia elétrica de Paulo Frontim até a localidade de Vargem Grande.

Para o exercício financeiro de 1972, consta no Orçamento Geral do Estado, a implantação de linhas de transmissão e redes de distribuições para vários Municípios, incluindo o de Paulo Frontim a Paula Freitas, sendo, portanto, viável a adoção de tal programa com a finalidade daquela localidade também receber energia, considerando a distância de 7 quilômetros e consequentes benefícios que adviriam para acelerar o seu desenvolvimento.

Nesta oportunidade, informamos que a rede de energia elétrica até Paula Freitas e localidade de Rondinha foi executado pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1972.

(a) — **Domicio Scaramella**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, **REQUER**

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. João Dernizio Puppi, DD. Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem DER-Pr., solicitando-lhe as determinações no sentido serem efetivados estudos para implantação de pavimentação asfáltica da Rodovia Curitiba-Piraquara, também conhecida como Estrada Velha do Encanamento.

2.º — Seja do expediente acima, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 18 de agosto de 1972.

(a) — **Deputado João C. Fadel**

**JUSTIFICATIVA**

A estrada Curitiba-Piraquara cujo asfaltamento pretendemos seja concretizado é rodovia de imensa significação econômica para ambos os municípios, pois por ela se dá o escoamento da produção horti-granjeira de consumo pela população da Capital do Estado, sendo, ainda, que Piraquara integra a bacia leiteira da região da grande Curitiba; avulta a importância da medida pela necessidade de entrega contínua e mediata daquele alimento para tratamento nas usinas de pasteurização. Assim, a estrada em apreço adquire relevância no contexto econômico de ambas as cidades e não se justifica que continue relegada a segundo plano na programação administrativa do Governo Estadual impondo, aos seus forçados usuários, um dispêndio excessivo na manutenção dos veículos que por ali trafegam e encarecendo, deste modo, o custo do leite, ovos, frangos e legumes colocados no mercado curitibano.

Além do mais, o percurso é relativamente curto e o asfaltamento da estrada trará benefícios para toda a região, salientando-se aqui o Distrito de Pinhais, do município de Piraquara, mas cuja quase totalidade de moradores exercitam atividade profissional em Curitiba.

Porisso, entendemos que o Departamento de Estradas de Rodagem DER-Pr., sem prejuízo de suas metas prioritárias de asfaltamento das vias destinadas a constituírem o corredor de exportação conforme compromisso assumido com o Governo Federal, poderá dispensar um pouco de atenção àquela estrada e atender à justa reivindicação daquela progressista comunidade.

Os nobres Deputados certamente também assim entenderão e darão à presente proposição seus indispensáveis e honrosos apoios.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 18 de agosto de 1972.

(a) — **Deputado João Fadel**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, **REQUER**

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Ewaldo Vita, DD. Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando-lhe as determinações no sentido serem efetivados estudos visando a instalação de uma AGÊNCIA daquele estabelecimento na cidade de Piraquara, Pr.

2.º — seja, do expediente acima, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Dr. Mauricio Schulmann, DD. Secretário da Fazenda.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 18 de agosto de 1972.

(a) — **Deputado João C. Fadel**

**JUSTIFICATIVA:**

A ausência de um estabelecimento oficial de crédito na cidade de Piraquara, Pr., vem determinando um estrangulamento econômico na indústria, comércio e agricultura locais, porquanto os que se dedicam àquelas atividades têm que demandar à Capital do Estado a fim conseguirem empréstimos, financiamentos ou simplesmente executarem transações comuns aos estabelecimentos de créditos. Além do tempo gasto, sendo às vezes necessário diversas viagens de Piraquara a Curitiba para ultimar um simples desconto o que, por si só, já acarreta um custo mais elevado para a operação, além do abandono das ocupações pelo titular com a natural queda de rendimento, os comerciantes e industriais enfrentam dificuldades crescentes na formalização de suas fichas cadastrais, na movimentação dos depósitos e, principalmente, ficam desconhecendo as determinações dos governos Federal e Estadual na área de incentivo às atividades produtivas bem como a mecânica administrativa dos diversos fundos de financiamento de que o Banco do Estado, S.A., é agente para o Paraná.

Além do mais, estando o organismo oficial de crédito em fase de otimista expansão mercê de orientação segura e esclarecida da ilustrada Diretoria,



bem que poderia deixar de levar em consideração o critério de rentabilidade para a instalação de uma agência em Piraquara, adotando uma ótica mais no sentido de caráter social de incentivo ao desenvolvimento daquela comunidade. É sabido que os bancos oficiais do Estado de São Paulo, muitas vezes, operam com diversas unidades em condições deficitárias a curto prazo mas que, pela sua própria atuação a longo prazo, acabam sendo fatores de desenvolvimento da região e recuperam o investimento inicial.

Os nobres Deputados certamente darão à presente proposição o seu honroso e indispensável apoio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 18.08.1972.

a) — Deputado João C. Fadel

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de ofícios aos Excelentíssimos Senhores Ministro do Trabalho e Previdência Social e ao Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, em Brasília, fazendo apelo no sentido da contratação de novos funcionários na Delegacia daquele órgão previdenciário no Paraná, a fim de que seus associados possam receber os benefícios previstos, sem as dificuldades que hoje ocorrem.

Constituindo-se me uma das poucas unidades da Federação a apresentar "superavit" em seus orçamentos, a Delegacia Regional do INPS do Paraná vem lutando, contudo, com uma infra-estrutura de pessoal que não corresponde mais às necessidades dos serviços prestados pelo organismo. Daí a razão das extensas filas de assegurados à portas do Instituto, aguardando durante horas e às vezes, durante dias, o atendimento por parte de seus servidores, seja nos setores de saúde, previdência ou apenas de assuntos rotineiros de administração. Este fato provoca, como é óbvio, uma série de atritos entre beneficiários e servidores, aqueles aborrecimentos pela demora de atendimento e estes pelo sobrecarregamento de atividades.

Segundo é voz corrente naquele organismo, vários concursados, aprovados há mais de dois anos em provas realizadas nesta Capital, estão pacientemente aguardando suas nomeações, sem que até agora haja uma definição por parte da Superintendência Regional, que alega não ter recebido, ainda, instruções da alta direção nacional do INPS.

Isso tudo provoca, inevitavelmente, críticas acirradas contra a Instituição, pelas clamorosas falhas que apresenta no seu funcionamento, prejudicando sensivelmente os associados, que somente recorrem: aqueles serviços em última instância, sabedores que são, das dificuldades que irão encontrar.

Por isso tudo, a intervenção das altas autoridades federais, no sentido da regularização dessas providências no INPS do Paraná é medida imperiosa e inadiável, que requer pronta solução.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1972.

(a) — Antonio Belinatti

#### PROJETOS DE LEI:

##### Projeto de Lei n.º 132-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Paranaense Divina Providência", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1972.

(a) — Marciano Baraniuk

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente Plano de Lei, pretendemos declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Paranaense Divina Providência", com sede e foro nesta Capital, a Rua Brasilino Moura n.º 500, Bairro Ahu de Baixo.

Essa entidade, fundada em 25 de abril de 1965, é uma sociedade Civil de caráter religioso e tem por finalidade a educação e instrução da infância e juventude, o serviço de enfermagem em hospitais e casas de saúde, bem como outras obras de caráter social, conjugando os estabelecimentos mantidos pelas Irmãs da Divina Providência no Estado do Paraná e em outros Estados da União.

Dentro de suas possibilidades e na medida em que as circunstâncias permitirem, a Sociedade poderá desenvolver qualquer obra de educação, ensino e assistência social, em benefício da juventude, sobretudo os mais necessitados.

Os requisitos exigidos pela Lei para a aprovação deste Projeto estão plenamente cumpridos, conforme se constata pela documentação inclusa.

##### Projeto de Lei n.º 133-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem — DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Grandes Rios ao Município de Faxinal, passando pela cidade Rosário.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1972.

(a) — João Mansur

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo uma aspiração do povo daquela região, justo é o referido Plano de Lei, que vem sobremaneira, beneficiar dois grandes Municípios, Grandes Rios e Faxinal, e a próspera cidade de Rosário.

##### Projeto de Lei n.º 134-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Piraquara, Pr., para a instalação e funcionamento no ano letivo de 1973, próximo vindouro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1972.

(a) — João Fadel

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Piraquara, Pr., geograficamente próximo à Capital do Estado, por uma série de fatores estruturais até o presente não conta com:

nenhum estabelecimento de formação profissional de nível médio o que vem determinando que significativo contingente de jovens deixe de prosseguir os seus estudos após o término do curso ginasial, impedidos que são por diversas circunstâncias, entre as quais as condições sócio-econômicas de suas famílias, de se deslocarem diariamente daquela cidade para Curitiba em busca de mais elevado grau de instrumentação técnica para se realizarem na luta pela afirmação pessoal de cada um no seio da comunidade. Tal fato, entretanto, não se justifica, pois a cidade de Piraquara dispõe de vida autônoma em todos os seus setores de atividade devendo também emancipar-se no do meio de ensino, sendo que suas escolas primárias e de nível ginasial concedem segura infra-estrutura educacional para a instalação de um estabelecimento técnico de nível médio, como o que estamos propondo com o presente Projeto de Lei.

Ensejando-se à mocidade estudiosa do município auferir conhecimentos técnicos-profissionais no próprio local onde reside, são vários os fatores positivos para melhor assimilação dos currículos ministrados além de ser incentivo poderoso ao desenvolvimento da região, eis que, muitos jovens que tiveram estacionadas suas aspirações ao nível de suas possibilidades, verão então despertar desconhecida ou adormecida vocação profissional e reintegrar-se ao estudo, constituindo-se em futuro próximo significativos elementos para o desenvolvimento da cidade.

Por outro lado, havendo o Governo Federal outorgado à Campanha Nacional de Escolas de Comunidades faculdade de firmar acordos com Governos estaduais ou municipais para instalação de unidades de ensino profissional técnico de nível médio, entendemos que não haverá maiores obstáculos ao Governo do Estado para concretizar a medida ora proposta, aspiração justa das forças vivas da cidade de Piraquara.

Os nobres Deputados também assim o entenderão e certamente darão ao presente seu honroso e indispensável apoio integrando-se, assim, ao processo de emancipação sócio-econômico-educacional que pretendemos promover em benefício daquela ponderosa parcela da comunidade paranaense.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente, passa-se à ORDEM DO DIA

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto e Resolução n.º 20-72, ex-Proposição n.º 118-72 — aprova em todos os seus termos o Convênio celebrado a 15.2.71, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, objetivando execução dos serviços de construção, melhoramentos, pavimentação e conservação da estrada PR-54, trecho Guaratuba — BR-468 (Garuva — Santa Catarina — Sub trecho Garuva). — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 21-72, que aprova o Convênio celebrado entre o Banco Nacional de Habitação, Governo do Estado do Paraná, Banco do Estado do Paraná S.A., Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 21/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Banco da Habitação, Governo do Estado do Paraná, Banco do Estado do Paraná S.A., Secretaria de Viação e Obras Públicas e Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Antonio Maciel — Relator

Muggiati Filho

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 23-72, aprova o Convênio celebrado em 3.12.71, entre o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — IPASE — e o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado do Paraná — I.P.E. — **Aprovado.**

**Redação Final** — do Projeto de Lei n.º 276-70, cria o Ginásio Estadual de Herculanópolis, Município de Umuarama. — **Aprovado.**

**Redação Final** — do Projeto de Lei n.º 291-71, cria a Escola Normal de Diamante do Norte, para funcionar a partir do próximo ano letivo — **Aprovado.**

**Redação Final** — do Projeto de Lei n.º 115-71 autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para alargamento, cascalhamento e conservação, a estrada que liga o Município de Cruzeiro do Oeste ao de Mariluz. — **Aprovado.**

**Redação Final** — do Projeto de Lei n.º 120-71 autoriza o Poder Executivo, asfaltar a estrada que liga a sede do Município de Dr. Camargo à Rodovia Maringá-Umuarama, através de convênio a ser firmado entre o D.E.R., e o Executivo Municipal de Dr. Camargo — **Aprovado.**

**Redação Final** — do Projeto de Lei n.º 74-72, eleva para um terço dos vencimentos de Secretário de Estado a pensão mensal concedida a Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador Caetano Munhoz da Rocha. — **Aprovado.**



3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 185-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Santa Bárbara Município de Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 290-71, de autoria do Dep. Quil-se Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Astorga, a Motoniveladora Marca Adams com características que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 84-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 24-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a dar fiança em empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A., com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR. — Parecer favorável da C.C.J. COM SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado pelo Substitutivo.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 85-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 25-72, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização para destinar ao Fundo de Financiamento para água e esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 5-72, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, dá nova redação do artigo 2.º e seus parágrafos, da Resolução n. 19-69, de 15 de agosto de 1969. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 186-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial em São Jerônimo da Serra e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. COM SUBSTITUTIVO. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 251-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria uma Escola Normal, em Maria Helena. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 251-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Normal em Maria Helena, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 22 de setembro de 1970.

a) — Deputado Wilson Fortes

#### JUSTIFICATIVA:

Uma das principais preocupações de todos os países civilizados é preparar condignamente e acuradamente o elemento humano que deve formar a infância e a juventude. A preocupação de que a mocidade seja formada por mestras tecnicamente preparadas, culturalmente abertas para os problemas e com a visão voltada para a grandeza da Pátria é das mais prementes principalmente em regiões novas.

A presente Lei visa exatamente ir ao encontro das aspirações de uma cidade e de uma região novas que desejam uma escola de formação para professoras. A área está relativamente bem servida de grupos escolares graças ao esforço dos últimos governos, todavia com o crescimento demográfico existe uma demanda de novas mestras, novos estabelecimentos educacionais, a fim de preparar o Paraná para as tarefas que a infância de hoje há de assumir para a grandeza da Pátria e bem estar de cada cidadão.

Comissão de Constituição e Justiça

#### PROJETO DE LEI N. 251-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SUMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar na sede do Município de Maria Helena uma Escola Normal, de grau ginásial, para funcionar a partir do próximo ano letivo".

#### PARECER

1.) — A iniciativa em tela foi apresentada atendendo o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) — Referido Projeto é justo e oportuno, porém da forma como foi redigido não se ajusta às exigências legais e não atende, igualmente a melhor técnica legislativa, razão pela qual oferecemos o substitutivo anexo.

3.) — Em face do exposto, atendido aquele substitutivo, somos pela sua aprovação.

S.M.J., é o parecer

Sala das Comissões, em de junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Igo Losso

Gilberto Carvalho

Acyr José — Mauricio Fruet e

Cândido M. de Oliveira — Vencido

Comissão de Constituição e Justiça

#### Substitutivo Geral

#### AO PROJETO DE LEI N. 251-70

SUMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Maria Helena, uma Escola Normal, de grau ginásial, para funcionar a partir do próximo ano letivo".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do

Município de Maria Helena, uma Escola Normal, de grau ginásial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Comissão de Instrução Pública

#### PROJETO DE LEI N. 251-70

#### PARECER

1.) — O projeto, ora sob exame de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, prevê a criação de uma Escola Normal, no Município de Maria Helena.

2.) — A oportunidade da criação da referida escola está perfeitamente caracterizada na justificativa apresentada pelo ilustre parlamentar.

3.) — Além disto, o próprio relator da Comissão de Constituição e Justiça, deu parecer favorável.

4.) — Nestas condições, dada a objetividade e a legalidade do projeto o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em de 1971.

aa) Antonio Lopes Junior — Presidente

Arizone Araujo — Relator

Alvaro Dias

Comissão de Finanças

#### PROJETO DE LEI N. 251-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SUMULA: Cria uma Escola Normal, em Maria Helena.

#### PARECER

Meramente autorizativo, o presente projeto de lei, não traz óbice de caráter financeiro.

Matéria de absoluta prioridade, pois se trata da criação de estabelecimento de ensino.

Somos pela aprovação

Sala das Comissões, em 09 de maio de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

David Federmann

Antonio Belinati.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 68-72, de autoria do Dep. João Mansur, assegura benefícios que especifica, aos dependentes do Servidor Policial Civil ou Militar do Paraná, quando falecido em consequência de agressão sofrida do desempenho de função policial ou de segurança. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 68-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica assegurada à família do servidor policial civil ou militar do Paraná, que falecer em consequência de agressão sofrida no desempenho de função policial ou de segurança, uma pensão na base do vencimento ou da remuneração.

Parágrafo único — Para o cálculo da pensão consideram-se integrantes do vencimento as seguintes gratificações, desde que na ocasião do óbito estivessem sendo legalmente pagas ao de cujus:

I — Gratificação adicional por tempo de serviço;

II — Gratificação de função;

III — Gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva; e

IV — Gratificação de representação.

Art. 2.º — A pensão concedida na forma deste artigo será sempre reajustada na proporção dos aumentos dos níveis de vencimentos, observando-se as reestruturações havidas no respectivo cargo.

Art. 3.º — Do valor da pensão deduzir-se-á o correspondente ao de qualquer outra paga pela instituição de previdência a que o de cujus era filiado ou deixada pelo mesmo servidor e paga pelos cofres públicos.

Art. 4.º — Tem direito à pensão criada por esta lei as famílias dos servidores desaparecidos desde 1.º de janeiro de 1968.

Art. 5.º — As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta de dotação específica do Orçamento do Estado.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1972.

a) Deputado João Mansur.

#### JUSTIFICATIVA:

É nosso propósito, através do presente plano de lei, assegurar a família do servidor policial civil ou militar do Paraná, que no exercício nobilitante de sua função policial ou de segurança vier a falecer, uma pensão com base em seu vencimento ou remuneração.

Medida justa e humana deve, por isso, mesmo, merecer de meus nobres pares o necessário apoio.

Comissão de Constituição e Justiça

#### PROJETO DE LEI N. 68-72

AUTOR: Deputado João Mansur.

SUMULA: Assegura benefícios que especifica, aos dependentes do servidor policial civil ou militar, quando falecido em consequência de agressão sofrida no desempenho de suas funções.

#### PARECER

O projeto sob exame, do nobre Deputado João Mansur, pretende assegurar à família do servidor policial civil ou militar, quando falecido em



consequência de agressão sofrida no desempenho de suas funções, uma pensão baseada no vencimento fixo acrescida de gratificação por tempo integral e gratificação de representação.

O mencionado projeto está devidamente justificado na forma regimental e ao nosso ver é muito humano e justo.

Quanto à sua oportunidade nada a opor.

Em face das razões expendidas somos pela sua aprovação.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Igo Losso — Relator

Erondy Silvério

Maurício Fruet

Emílio Carazzai

Paulo Camargo

#### Comissão de Finanças

#### PROJETO DE LEI N. 68-72

AUTOR: Deputado João Mansur

SUMULA: Assegura benefícios que especifica aos dependentes do servidor policial civil ou militar, quando falecido em consequência de agressão cumprida no desempenho de função policial ou de segurança.

#### PARECER

O presente Projeto de Lei, que já mereceu aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça, visa assegurar pensão cuja base para cálculos específica, à família do servidor policial civil ou militar, que falecer no cumprimento de seu dever, em consequência de agressão sofrida.

Pelas características humanas de que se reveste e não havendo óbice de cunho legal que se lhe possa opor, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Antonio Belinati

João Fadel

Antonio Lopes Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine, a realização de melhorias na estrada que demanda de Bituruna ao Distrito de Iratim, Município de General Carneiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Régime de Urgência ao Projeto de Lei n. 73-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de serem efetivados estudos para implantação de pavimentação asfáltica da Rodovia Curitiba — Piraquara. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos Srs. Ministro do Trabalho e Previdência Social e Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social, fazendo apelo no sentido da contratação de novos funcionários para a Delegacia daquele órgão previdenciário no Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica, no sentido que determine providências para que seja estendida a rede de energia elétrica de Paulo Frontin até a localidade de Vargem Grande. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente solicitando seja encaminhado expediente ao Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, visando a instalação de uma Agência daquele estabelecimento na cidade de Piraquara. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência lembra aos srs. Deputados que, de acordo com a Resolução recentemente aprovada e promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa, as reuniões plenárias serão realizadas nas seguintes datas: de 28 de agosto a 1.º de setembro; de 11 a 15 de setembro; de 25 a 29 de setembro; de 9 a 13 de outubro; de 23 a 27 de outubro; de 6 a 10 de novembro. A partir de 20 de novembro, as sessões plenárias serão realizadas normalmente, como se fazia antes, ou até a aprovação da presente Resolução.

Os Srs. Deputados obterão detalhes acerca das datas das sessões plenárias e das semanas dedicadas às reuniões das Comissões na 1.ª Secretaria deste Poder Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, designando outra para o dia 28 de agosto segunda-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei n.s: 160-71, 182-71, 190-71, 192-71, 204-71;

3.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 5-72 e do Projeto de Lei n. 186-70;

2.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.s: 251-70, 68-72;

1.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.s: 268-71, 71-72, 73-72, 118-72.

Levanta-se a Sessão.

#### PORTARIA:

PORTARIA N.º 239-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 6.298, de 15 de agosto de 1972, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar José Maria Zanardini de Camargo, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para prestar assessoramento no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Paulo Camargo, pelo prazo de cento e vinte (120) dias, a partir de 15 de agosto de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de agosto de 1972.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### 7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 12.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agosto, do ano de mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas e trinta minutos após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz, e presentes os Senhores Deputados Muggiatti Filho, Emílio Carazzai, Borsari Netto, Ovidio Franzoni, Maurício Fruet e Paulo Camargo. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 20-72, de autoria do Senhor Deputado: David Federmann. Declara de utilidade pública a Casa da Amizade de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Relator Deputado: Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 81/72 de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati. Declara de utilidade pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária, com sede na cidade de Londrina. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 82-72, de autoria dos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Borsari Netto. Inclui representantes dos Municípios no Conselho Rodoviário Estadual e dá outras providências. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável com emenda. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 97-72, de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet. Declara de utilidade pública a Escola de Pais de Curitiba, com sede nesta Capital. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 99-72, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo criar a Universidade Estadual da cidade de Jacarezinho e dá outras providências. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 103-72, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Declara de utilidade pública o Diretório Frederico Hermann, pertencente à Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. Vista ao Senhor Deputado Muggiatti Filho. 7) — PROJETO DE LEI N. 105-72, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Declara de utilidade pública o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade de Odontologia de Londrina. Relator Deputado Paulo Camargo. Vista: ao Senhor Deputado Muggiatti Filho. 8) — PROJETO DE LEI N.º 107-72, de autoria do Senhor Deputado João Fadel. Denomina Dr. Silvio Bittencourt Linhares o Hospital Estadual da cidade de Antonina. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N. 109-72, de autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza. Autoriza o Poder Executivo transferir de Godolina Godolfim Schultz, para sua filha Carolina Schultz a pensão mensal concedida pela Lei n. 2.334, de 3.3.52, alterada pelas Leis n.s 2290 e 1912 de 18.5.54. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N. 113-72, de autoria do Senhor Deputado Rosário Pittelli. Declara de utilidade pública a Guarda Mirim de Bela Vista do Paraíso. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N. 292-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 49-71, encaminhando anteprojeto de Lei que institui a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: contrário às emendas apresentadas ao Projeto. Em Votação. Rejeitado o parecer. Designado novo relator, Deputado Ovidio Franzoni. 12) — PROJETO DE LEI N.º 46-70, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Altera a Lei 5.957, de 20.6.69, que dispõe sobre o Quadro Próprio do Magistério no Paraná. Relator Deputado Muggiatti Filho. Concedida vista ao Senhor Deputado Maurício Fruet. 13) — PROJETO DE LEI N. 316-70, de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira. Da nova redação à Lei n. 5.156, de 2.10.70. Relator Deputado Muggiatti Filho. Requer diligência a fim de ser juntado aos Processos textos legais necessários. Deferido. 14) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 1-71, de autoria do Senhor Deputado Muggiatti Filho. Da nova redação ao artigo 1.º, da Resolução n. 2-66, de outubro de 1966. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 24-72 de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Dispõe sobre a realização dos trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado, até 17 de novembro de 1972. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES Nrs. 125-72; 127-72; 131-72; 135-72; 136-72 137-72 e 137-72, todos concluindo que os vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Deputado ARMANDO QUEIROZ — Presidente  
Rita Celestino Soares — Secretária

#### Comissão de Saúde Pública

#### Ata da 1.ª Reunião Ordinária

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: David Federmann, Arizone Araujo, João Fadel e Maurício Fruet. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei: PROJETO DE LEI N. 107-72 — De autoria do senhor Deputado João Fadel, que denomina "Dr. Silvio Bittencourt Linhares", o Hospital Estadual da cidade de Antonina. Relator: Deputado David Federmann. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião da qual para constar, eu Elza Carneiro Camargo, secretária lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) Deputado DAVYD FEDERMANN — Presidente  
a) Elza Carneiro Camargo — Secretário.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E PESSOAL  
DIVISÃO DE CONTABILIDADE  
SEÇÃO DE CONTABILIDADE GERAL

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO NO SEGUNDO TRIMESTRE: JUNHO DE 1972

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

ATIVO

10	ORÇAMENTO DA DESPESA			
101	ORÇAMENTO DA DESPESA COM PREVISÃO			
101.101	Créditos Orçamentários . . . . .	29.799.745,00	29.799.745,00	29.799.745,00

PASSIVO

11	DESPESA AUTORIZADA			
111	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES AUTORIZADOS			
111.1	DESPESAS CORRENTES			
111.11	DESPESAS DE CUSTEIO			
111.111	Pessoal Civil			
111.111.1	Vencimentos e Vantagens Fixas . . . . .	13.113.511,00		
111.111.2	Despesas Variáveis com o Pessoal . . . . .	5.155.956,00		
111.112	Material de Consumo . . . . .	540.520,00		
111.113	Serviços de Terceiros . . . . .	666.900,00		
111.114	Encargos Diversos . . . . .	725.000,00		
111.115	Despesas de Exercícios Anteriores . . . . .	1.000.000,00	20.301.887,00	
111.12	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
111.121	Subvenções Sociais . . . . .	2.780.000,00		
111.122	Transferências de Assistência e Previdência Social			
111.122.1	Inativos . . . . .	2.131.894,00		
111.122.2	Pensionistas . . . . .	185.832,00		
111.122.3	Salário Família . . . . .	266.580,00		
111.123	Contribuições de Previdência Social . . . . .	282.402,00	5.646.708,00	
111.2	DESPESAS DE CAPITAL			
111.21	INVESTIMENTOS			
111.211	Equipamentos e Instalações . . . . .	857.100,00		
111.212	Material Permanente . . . . .	594.050,00	1.451.150,00	
111.22	INVERSÕES FINANCEIRAS			
111.221	Aquisições de Imóveis . . . . .	400.000,00	400.000,00	
111.23	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
111.231	Auxílio para Obras Públicas . . . . .	2.000.000,00	2.000.000,00	29.799.745,00

SOMA DO PASSIVO . . . . .

29.799.745,00

SISTEMA FINANCEIRO

ATIVO

20	ATIVO FINANCEIRO			
201	DISPONÍVEL			
201.1	Tesouraria . . . . .	4.090.564,33	4.090.564,33	
202	EXECUÇÃO DA DESPESA			
202.1	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES			
	DESPESAS CORRENTES			
202.11	DESPESAS DE CUSTEIO			
202.111	PESSOAL CIVIL			
202.111.1	Vencimentos e Vantagens Fixas . . . . .	5.152.188,91		
202.111.2	Despesas Variáveis com o Pessoal . . . . .	1.916.858,90		
202.112	Material de Consumo . . . . .	156.868,30		
202.113	Serviços de Terceiros . . . . .	250.459,25		
202.114	Encargos Diversos . . . . .	402.984,44		
202.115	Despesas de Exercícios Anteriores . . . . .	46.073,27		
202.12	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
202.121	Subvenções Sociais . . . . .	1.526.270,00		
202.122	TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL			
202.122.1	Inativos . . . . .	832.712,15		
202.122.2	Pensionistas . . . . .	94.619,41		
202.122.3	Salário Família . . . . .	94.144,80		
	DESPESAS DE CAPITAL			
202.13	INVESTIMENTOS			
202.131	Equipamentos e Instalações . . . . .	221.004,27		
202.132	Material Permanente . . . . .	30.163,84	10.723.747,54	14.814.311,87

SOMA DO ATIVO . . . . .

14.814.311,87

PASSIVO

21	PASSIVO FINANCEIRO			
211	LIBERAÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA			
211.1	PESSOAL			
211.101	Despesas com Vencimentos e Vantagens Fixas . . . . .	5.290.000,00		
211.102	Despesas Variáveis com o Pessoal . . . . .	2.250.000,00		
211.103	Inativos . . . . .	840.000,00		
211.104	Pensionistas . . . . .	100.000,00		
211.105	Salário Família . . . . .	100.000,00	8.580.000,00	
211.2	OUTRAS DESPESAS			
211.207	Material Permanente . . . . .	165.000,00		
211.201	Material de Consumo . . . . .	213.192,30		
211.202	Serviços de Terceiros . . . . .	315.000,00		
211.203	Encargos Diversos . . . . .	425.000,00		
211.204	Despesas de Exercícios Anteriores . . . . .	55.000,00		
211.205	Subvenções Sociais . . . . .	1.795.000,00		
211.206	Equipamentos e Instalações . . . . .	310.000,00	3.278.192,30	11.858.182,30



212	DESPESAS EMPENHADAS			
212.1	GABINETES — Passagens, Transportes de Pessoas			
—A—	Presidência	1.002,38		
—B—	Primeira Secretaria	1.737,27		
—C—	Segunda Secretaria	3.066,88		
—D—	Administração	6.277,50	12.085,03	
	SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO			
—A—	Presidência	2.605,62		
—B—	Primeira Secretaria	2.890,50		
—C—	Segunda Secretaria	2.500,73		
—D—	Administração	7.239,10	15.235,95	
	REPRESENTAÇÕES, FESTIVIDADES, RECEPÇÕES HOSPEDAGENS, etc.			
—A—	Presidência	33.727,82		
—B—	Primeira Secretaria	30.257,08		
—C—	Segunda Secretaria	32.241,56		
—D—	1a. Vice-Presidência	3.332,90		
—E—	2a. Vice-Presidência	2.205,48		
—F—	3a. Secretaria	3.887,85		
—G—	4a. Secretaria	7.200,00		
—H—	ARENA	3.413,36		
—I—	M.D.B.	4.250,07		
—J—	Administração e Deputados	90.765,58	211.281,70	
	INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS E CULTURAIS			
—A—	Presidência	362,00		
—B—	1a. Secretaria	17.369,00		
—C—	2a. Secretaria	15.830,00	33.560,00	
	INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
—A—	Presidência	30,00		
—B—	1a. Secretaria	24.490,00		
—C—	2a. Secretaria	21.875,00	46.395,00	
	INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA			
—A—	Presidência	37,00		
—B—	1a. Secretaria	10.520,00		
—C—	2a. Secretaria	12.000,00	22.557,00	
	ASSISTÊNCIA SOCIAL			
—A—	Presidência	402,32		
—B—	1a. Secretaria	85,96		
—C—	2a. Secretaria	437,73		
—D—	1a. Vice-Presidência	197,19		
—E—	2a. Vice-Presidência	5.400,00		
—F—	3a. Secretaria	3.148,76		
—G—	4a. Secretaria	6.423,17		
—H—	ARENA	6.650,00		
—I—	M.D.B.	1.000,00	23.745,13	
212.1	Credores Diversos	268.322,06	268.322,06	633.181,87
213	DESPESAS PROCESSADAS			
213.1	Credores por Despesas Processadas		34.798,09	
213.2	FÓLHAS DE PAGAMENTO			
213.201	Janeiro	89,00		
213.202	Fevereiro	89,00		
213.203	Março	89,00		
213.204	Abril	486,51		
213.205	Maio	890,00		
213.206	Junho	186.137,59	187.781,10	
213.32	RESTITUIÇÕES			
213.302	Vencimentos Retidos	3.379,83	3.379,83	225.959,02
215	CONTAS PENDENTES			
215.102	Outras Contas Pendentes	13.021,59	13.021,59	13.021,59
216	RESTOS A PAGAR			
216.101	Restos a Pagar — Empenhados	2.001.099,38		
216.102	Restos a Pagar — Processados	2.721,36	2.003.820,74	2.003.820,74
217	CREDORES EM CONSIGNAÇÕES			
217.117	Pensão Judicial	2.319,51		
217.122	Cabenele	77.816,84	80.136,35	80.136,35
	SOMA DO PASSIVO			2.956.119,57
				14.814.311,87
	SISTEMA PATRIMONIAL			
	ATIVO			
30	ATIVO PATRIMONIAL			
301	PRÓPRIOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ			
301.2	BENS MÓVEIS			
301.201	MAQUINAS			
301.201.1	Máquinas de Escritório		245.891,54	
301.201.2	Máquinas de Oficina		37.653,00	283.544,54
302.202	VEÍCULOS			
301.202.1	Automóveis		383.939,12	
301.202.2	Ambulâncias		64.850,98	448.790,10
301.203	APARELHOS			
301.203.1	Aparelhos Técnicos e Científicos		13.680,00	
301.203.2	Aparelhos Telefônicos		78.898,15	
301.203.3	Aparelhos de Oficina		17.410,00	
301.203.4	Diversos		91.431,50	201.419,65



301.205	MÓVEIS			
301.205.1	Móveis de Madeira . . . . .	265.876,78		
301.205.2	Móveis de Aço . . . . .	142.176,40	408.053,18	
301.206	UTENSÍLIOS			
301.206.1	Utensílios Técnicos e Científicos . . . . .	40,00		
301.206.2	Utensílios de Copa e Cozinha . . . . .	5.597,25		
301.206.3	Diversos . . . . .	1.611,75	7.249,00	
301.207	INSTALAÇÕES			
301.207.1	Instalações de Madeira . . . . .	14.890,00		
301.207.2	Instalações Elétricas . . . . .	2.355,00	17.245,00	
301.208	OBJETOS DE ARTE			
301.208.1	Objetos Artísticos . . . . .	33.443,35		
301.208.2	Bandeiras . . . . .	1.160,44	34.603,79	1.400.905,26
S O M A D O A T I V O . . . . .				1.400.905,26
P A S S I V O				
31	PASSIVO PATRIMONIAL			
311	SALDO PATRIMONIAL			
311.1	Ativo Real . . . . .		1.400.905,26	1.400.905,26

## S O M A D O P A S S I V O . . . . .

1.400.905,26

## S I S T E M A D E C O M P E N S A Ç Ã O

## A T I V O

50	ATIVO COMPENSADO			
	RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
501.1	RESPONSÁVEIS POR ORDEM DE ADIANTAMENTOS			
501.102	Antonio Massuchetto . . . . .	1.000,00		
501.103	José de Arimathea Cleto . . . . .	10.000,00		
501.104	Francisco Dranka . . . . .	10.000,00		
501.107	Ivo Thomazoni . . . . .	33.750,00		
501.108	Wilson Fortes . . . . .	33.750,00		
501.109	Antonio Costa . . . . .	33.750,00		
501.110	Nelson Buffara . . . . .	33.750,00		
501.111	Quielise Crisóstomo da Silva . . . . .	33.750,00		
501.112	Domicio Scaramella . . . . .	33.750,00		
501.113	Rosário Pitelli . . . . .	33.750,00		
501.115	Aguinaldo Pereira Lima . . . . .	33.750,00		
501.116	Alvaro Dias . . . . .	33.750,00		
501.117	Antonio Belinati . . . . .	33.750,00		
501.118	Antonio Lopes Junior . . . . .	33.750,00		
501.119	Antonio Maciel . . . . .	33.750,00		
501.120	Arizone Araújo . . . . .	33.750,00		
501.121	Armando Queiroz . . . . .	33.750,00		
501.122	Arthur de Souza . . . . .	33.750,00		
501.123	Basilio Zanusso . . . . .	33.750,00		
501.124	Borsari Neto . . . . .	33.750,00		
501.125	Cândido Martins de Oliveira . . . . .	33.750,00		
501.126	David Federmann . . . . .	33.750,00		
501.127	Emilio Carazzai . . . . .	33.750,00		
501.128	Erondy Silvério . . . . .	33.750,00		
501.129	Fabiano Braga Côrtes . . . . .	33.750,00		
501.130	Francisco Escorsin . . . . .	33.750,00		
501.131	Fuad Nacli . . . . .	33.750,00		
501.132	Gabriel Manoel . . . . .	33.750,00		
501.133	Gilberto Carvalho . . . . .	33.750,00		
501.134	Helio Manfrinato . . . . .	33.750,00		
501.135	Igo Losso . . . . .	33.750,00		
501.136	João Fadel . . . . .	33.750,00		
501.137	João Mansur . . . . .	33.750,00		
501.138	Jorge Sato . . . . .	33.750,00		
501.139	Leopoldo Jacomel . . . . .	33.750,00		
501.140	Luiz Roberto Nogueira Soares (Acyr José) . . . . .	33.750,00		
501.141	Marciano Baraniuk . . . . .	33.750,00		
501.142	Mauricio Fruet . . . . .	33.750,00		
501.143	Muggiati Filho . . . . .	33.750,00		
501.144	Nivaldo Krüger . . . . .	33.750,00		
501.146	Odilon Reinhardt . . . . .	33.750,00		
501.146	Ovidio Franzoni . . . . .	33.750,00		
501.147	Paulo Camargo . . . . .	33.750,00		
501.148	Paulo Poli . . . . .	33.750,00		
501.149	Pinto Dias . . . . .	33.750,00		
501.150	Sebastião Rodrigues Junior . . . . .	33.750,00		
501.151	Santos Lima . . . . .	33.750,00		
501.152	Wilson Brandão . . . . .	33.750,00		
501.153	Xenofonte Villanueva . . . . .	33.750,00		
501.154	Lazaro Dumont . . . . .	33.750,00		
S O M A D O A T I V O . . . . .		33.750,00	1.607.250,00	1.607.250,00
P A S S I V O				
51	PASSIVO COMPENSADO			
511	CONTRAPARTIDA DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
511.1	Por ordem de Adiantamento . . . . .		1.607.250,00	1.607.250,00
S O M A D O P A S S I V O . . . . .				1.607.250,00

VISTO:

Contabilidade Geral, em 30 de Junho de 1.972

EDGARD TÁVORA JUNIOR — Diretor do D.F.C.P.  
 AIMORÉ OD ROCHA — Contador Geral  
 JOSÉ PAULO ORTH — Chefe Divisão Contabilidade  
 GABRIEL LUIZ FRANCESCHI — Chefe Secção Contabilidade Geral



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E PESSOAL  
DIVISÃO DE CONTABILIDADE  
SECÇÃO DE CONTABILIDADE GERAL

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO NO TERCEIRO TRIMESTRE: JULHO DE 1972

SISTEMA FINANCEIRO

ATIVO

20	ATIVO FINANCEIRO			
201	DISPONÍVEL			
201.1	TESOURARIA . . . . .		4.212.798,34	4.212.798,34
202	EXECUÇÃO DA DESPESA			
202.1	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES			
202.11	DESPESAS DE CUSTEIO			
202.111	PESSOAL CIVIL			
202.111.1	Vencimentos e Vantagens Fixas . . . . .	6.051.484,46		
202.111.2	Despesas Variáveis com o Pessoal . . . . .	2.386.940,46	8.438.424,92	
202.112	Material de Consumo . . . . .	171.102,72		
202.113	Serviços de Terceiros . . . . .	265.919,65		
202.114	Encargos Diversos . . . . .	411.084,44		
202.115	Despesas de Exercícios Anteriores . . . . .	46.073,27		
202.121	Subvenções Sociais . . . . .	1.526.270,00	2.420.450,08	
202.122	TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL			
202.122.1	Inativos . . . . .	977.882,17		
202.122.2	Pensionistas . . . . .	109.772,39		
202.122.3	Salário Família . . . . .	109.993,20	1.197.647,76	
202.13	INVESTIMENTOS			
202.131	Equipamentos e Instalações . . . . .	241.688,25		
202.132	Material Permanente . . . . .	101.376,19	343.064,44	12.399.587,20
	SOMA DO ATIVO . . . . .			16.612.385,54

PASSIVO

21	PASSIVO FINANCEIRO			
211	LIBERAÇÕES DO TESOIRO DO ESTADO			
211.101	Vencimentos e Vantagens Fixas . . . . .	6.160.000,00		
211.102	Despesas Variáveis com o Pessoal . . . . .	2.610.000,00		
211.103	Inativos . . . . .	1.000.000,00		
211.104	Pensionistas . . . . .	120.000,00		
211.105	Salário Família . . . . .	120.000,00		
211.201	Material de Consumo . . . . .	233.192,30		
211.202	Serviços de Terceiros . . . . .	335.000,00		
211.203	Encargos Diversos . . . . .	425.000,00		
211.204	Despesas de Exercícios Anteriores . . . . .	55.000,00		
211.205	Subvenções Sociais . . . . .	2.015.000,00		
211.206	Equipamentos e Instalações . . . . .	330.000,00		
211.207	Material Permanente . . . . .	165.000,00		
211.209	Auxílios para Obras Públicas . . . . .	120.000,00	13.688.192,30	
212.1	DESPESAS EMPENHADAS			
	GABINETES			
	Passagens . . . . .	11.882,53		
	Alimentação . . . . .	13.258,61		
	Representação . . . . .	187.057,47		
	Inst. Educativas e Culturais . . . . .	23.515,00		
	Inst. de Assistência Social . . . . .	44.795,00		
	Inst. de Saúde Pública . . . . .	18.907,00		
	Assistência Social . . . . .	23.442,18		
	Créditos Diversos . . . . .	269.254,79	592.112,58	
213.1	DESPESAS PROCESSADAS			
	Créditos Diversos . . . . .	23.168,74		
213.20	FOLHAS DE PAGAMENTO			
213.202	Fevereiro . . . . .	89,00		
213.203	Março . . . . .	89,00		
213.204	Abril . . . . .	486,51		
213.205	Maio . . . . .	356,00		
213.206	Junho . . . . .	8.178,94		
213.207	Julho . . . . .	198.769,96		
213.32	Vencimentos Retidos . . . . .	3.379,83	234.606,98	
215.10	CONTAS PENDENTES			
215.102	Outras Contas Pendentes . . . . .		10.000,00	
215.301	RESTITUIÇÕES DE VENCIMENTOS			
215.301	Airton Luiz Baptista . . . . .	1.025,80		
215.302	Lelington Lobo Franco . . . . .	1.995,79	3.021,59	
216.10	RESTOS A PAGAR			
216.101	Restos a Pagar — Empenhados . . . . .	2.001.099,38		
216.102	Restos a Pagar — Processados . . . . .	1.825,46	2.002.924,84	
217.10	CREDORES EM CONSIGNAÇÕES			
217.122	Caixa Benef. dos Funcionários da Ass. Leg. do Est. Pr. . . . .	81.527,25	2.924.193,24	16.612.385,54
	SOMA DO PASSIVO . . . . .			16.612.385,54

Palácio "19 de Dezembro", Contabilidade Geral, em 31 de Julho de 1.972

AIMORÉ OD ROCHA — Contador Geral

JOSÉ PAULO ORTH — Chefe Divisão Contabilidade

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI — Chefe Secção Contabilidade Geral

Visto: EDGAR TÁVORA JUNIOR — Diretor do D.F.C.P.